

Actividades rurales no agrícolas y transformaciones del espacio rural: perspectivas recientes¹

Sergio Schneider²

Resumen

En este trabajo se analizan primeramente las transformaciones recientes ocurridas en la estructura agraria a la luz de los efectos ocurridos en los procesos de modernización tecnológica que han sido implementados en labores y ocupaciones propias de las áreas rurales. También se analizan las tendencias observadas en los países avanzados con base en un estudio de la OCDE sobre el empleo agrícola y rural a partir de un enfoque territorial. En segundo lugar se presenta información sobre el comportamiento del empleo en cuanto a actividades agrícolas y no agrícolas desarrolladas en América Latina y Brasil. La última sección contiene información correspondiente al período 1981-1997 a propósito de la dinámica del empleo agrícola y no agrícola en el sur del Brasil, más precisamente en el Estado de Rio Grande do Sul. Entre las conclusiones se incluye el crecimiento generalizado en el número de actividades no agrícolas practicadas en el espacio rural como fenómeno que no se origina solamente en la modernización tecnológica de la agricultura. Una de las consecuencias de la alteración del perfil del empleo en el área agrícola es la aparición de familias pluriactivas en el medio rural, cuya característica primordial es la combinación de varios tipos de inserción profesional.

Non-agricultural rural activities and transformations in the rural environment: Recent Approaches¹

Sergio Schneider²

Abstract

In the first place, this article analyzes recent transformations occurring in the agrarian structure from the perspective of those effects derived from processes of technological modernization that bear an influence on the work and occupations performed in rural areas. Trends observed in developed countries are also analyzed on the basis of a study

-
- 1 Este artículo resume algunas de las principales ideas desarrolladas en el Capítulo 3 de la Tesis de Doctorado en Sociología titulada, "Agricultura familiar y pluriactividades", recientemente sustentada por el autor en la Universidad Federal de Rio Grande do Sul.
 - 2 Magíster en Sociología. Doctor en Sociología. E-mail: schneide@vortex.ufrgs.br
 - 1 This article summarizes some of the main ideas developed in the 3d chapter of the Doctoral Thesis in Sociology, "Family Agriculture and Pluiractivities", recently defended by the author at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
 - 2 Master's Degree in Sociology. Doctor in Sociology. E-mail: schneide@vortex.ufrgs.br

carried out by the OECD regarding agricultural and rural employment from a territorial approach. Secondly, information is presented concerning the behavior of employment in agricultural and non-agricultural activities of Latin America, including Brazil. The last section contains information for the 1981-1997 period on the dynamics of agricultural and non-agricultural employment in Southern Brazil, particularly in the State of Rio Grande do Sul. Conclusions include the fact that the general growth seen in non-agricultural activities performed in the rural environment is a phenomenon that cannot be solely attributed to the technological modernization of agriculture. One of the consequences of alterations in the agricultural employment profile is the emergence in the rural setting of pluriactive families whose main characteristic is the combination of several types of professional activities.

Activites rurales non agricoles et transformations de l'espace rural: perspectives récentes 1¹

*Sergio Schneider*²

Résumé

Dans ce travail l'on analyse tout d'abord les transformations récentes survenus dans la structure agraire et en fonction des effets survenus dans les processus de modernisation technologique qui ont été implantés dans les labours et occupations propres au secteur rural. On analyse aussi les tendances observés dans les pays avancés moyennant une étude de l'OCDE sur l'emploi agricole et rural a partir d'une vision territoriale. Ensuite, on présente des informations concernant le comportement de l'emploi quant aux activités agricoles et non agricoles développés en Amérique

Latine et au Brésil. En dernière partie, il contient des informations correspondantes à la période 1981-1987 à propos de la dynamique de l'emploi agricole et non agricole dans le Sud du Brésil, très précisément dans l'état de Rio Grande Do Sul. Parmi les conclusions, se trouve la croissance généralisée dans le nombre d'activités non agricoles pratiquées dans l'espace rural comme phénomène résultant pas uniquement de la modernisation technologique de l'agriculture. Une des conséquences de la modification du profil de l'emploi dans le secteur agricole, c'est l'apparition en secteur rural de familles pluriactives, dont la caractéristique principale est le mélange de plusieurs types d'insertion professionnel.

1 Cet article résume plusieurs des principales idées développées dans le chapitre 3 de la thèse de Doctorat en Sociologie dont le titre: "Agriculture Familiale et Pluriactivités", récemment soutenu par l'auteur à l'Université Fédérale de Rio Grande do Sul.

2 Magister en sociologie. Docteur en Sociologie. E-mail: schneider@vortex.ufgrs.br

As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes¹

*Sergio Schneider*²

Resumo

Neste trabalho analisam-se as transformações recentes ocorridas na estrutura agrária focalizando-as pelo ângulo dos efeitos dos processos de modernização tecnológica sobre o trabalho e a ocupação em áreas rurais. São analisadas as tendências verificadas nos países avançados, baseando-se em estudo da OCDE sobre o emprego agrícola e rural a partir de uma abordagem territorial. Em um segundo momento, se busca apresentar informações sobre o comportamento do emprego em atividades agrícolas e não-agrícolas na América Latina e no Brasil. Na última seção são apresentadas informações sobre a dinâmica do emprego agrícola e não agrícola no Sul do Brasil, mais precisamente no Estado do Rio Grande do Sul, para o período de 1981 até 1997. Entre as conclusões é apontado o crescimento generalizado das atividades não agrícolas no espaço rural como um fenômeno que não decorre apenas da modernização tecnológica da agricultura. Uma das conseqüências da alteração do perfil do emprego agrícola é o aparecimento das famílias pluriativas no meio rural, cuja característica principal é combinar vários tipos de inserção profissional.

1 Este artigo sintetiza algumas das principais idéias desenvolvidas no Capítulo 3 da Tese de Doutorado em Sociologia “Agricultura Familiar e Pluriatividade”, recentemente defendida pelo autor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2 Mestre em sociologia. Doutor em sociologia. E-mail: schneide@vortex.ufrgs.br

As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes

Introdução

É provável que a década de 1980 seja lembrada, no futuro, como o período que inaugurou marcantes transformações na estrutura da agricultura e em diversas facetas da vida social do mundo rural em várias regiões agrárias, e em diversos países. Nesses anos, o modelo produtivo que os países mais desenvolvidos vinham aperfeiçoando desde as primeiras décadas deste século e, de modo mais intenso, durante os “anos de ouro” que seguiram-se à Segunda Guerra Mundial, passou a defrontar-se com crescentes questionamentos. Este padrão técnico hoje dominante incorporou os meios de produção desenvolvidos durante a segunda Revolução Industrial (especialmente a moto-mecanização e a utilização de insumos de origem industrial, como fertilizantes e defensivos químicos), articulando-o a um processo complexo e sofisticado de seleção biológica de plantas e raças animais de alto rendimento, tal padrão sendo genericamente conhecido como “revolução verde” (Goodmann; Sorj e Wilkinson; 1990 e Mazoyer et Roudart, 1997). O modelo, amplamente dependente da utilização de fontes de energia fósseis não renováveis, foi atingido pelas chamadas “crises do petróleo”, da década de 1970 mas este impacto foi rapidamente absorvido, dando impulso a uma nova fase de aperfeiçoamento e, em certos casos, até mesmo de aprofundamento deste padrão.

Os resultados mais gerais deste processo são conhecidos, podendo-se afirmar que o aumento da produtividade do trabalho agrícola, a diminuição das populações residentes no meio rural e o crescimento extraordinário dos volumes de produção estão entre os seus resultados mais notáveis. Em face, no entanto, dos impactos ambientais, da relativa “secundarização” das atividades e, em especial, do crescente custo social e financeiro de manutenção deste novo arranjo técnico-produtivo, a partir da década de 1980 emergiram contestações de diversas ordens a este padrão, inclusive devido aos evidentes sinais de esgotamento de suas potencialidades produtivas.

O presente trabalho dedica-se especificamente a apreciar os impactos destas transformações no emprego e nas formas de ocupação do trabalho em áreas rurais, com o objetivo de identificar e analisar as distinções entre as atividades agrícolas e o não-agrícolas. São analisadas as tendências verificadas nos países avançados, baseando-se em recente estudo da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além disso, com base nas bibliografias disponíveis, buscase uma aproximação inicial ao estudo das atividades rurais não-agrícolas na América Latina e, na parte final, são apresentados dados sobre o desempenho das atividades agrícolas e não-agrícolas no Brasil com ênfase na região Sul.

1. O rural não é somente agrícola: uma análise do emprego e das formas de ocupação³

Uma avaliação abrangente das transformações da agricultura nas últimas décadas, na órbita dos países integrantes do chamado capitalismo avançado, certamente enfatizaria os espetaculares ganhos de produtividade e a radical transformação da base tecnológica dos processos produtivos agrícolas. No entanto, se esta avaliação não for meramente do tipo impressionista, também apontará o que os pesquisadores vêm diagnosticando em várias partes do mundo ocidental, demonstrando que as transformações da agricultura foram socialmente excludentes, provocaram a diminuição abrupta das populações rurais, foram ambientalmente prejudiciais aos ecossistemas naturais e que, apesar da elevação da produção, parte considerável da população mundial, inclusive nos países onde a modernização tecnológica foi mais intensa, não conseguem sequer atingir os limites alimentares mínimos.

Mas há outros aspectos das transformações da agricultura e do mundo rural que merecem ser destacados, especialmente no que se refere às mudanças nas formas de ocupação e de emprego. Neste sentido, são inúmeros os trabalhos que apontam para o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural, refletindo uma inusitada tendência ocupacional nestas áreas⁴. O ineditismo destes trabalhos reside justamente no fato de que, embora timidamente, começa-se a reconhecer que em determinadas situações históricas e contextos regionais a agricultura deixa de ser o exclusivo sinônimo de “rural”. Um estudo relevante, que destaca-se pela sua abrangência, é um recente relatório da OCDE (1996). Neste documento é indicado que, mesmo nas regiões chamadas “essencialmente rurais”, são os setores não agrícolas que oferecem, crescentemente, as maiores possibilidades de emprego no meio rural destacando-se, entre os países listados, que nessas regiões, apenas o

3 Esta seção do artigo foi escrita pelo autor durante a etapa de seu doutorado-sanduíche, realizado na Université Paris-X (LADYSS), França. Este estágio contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a quem o autor registra seus agradecimentos.

4 A pesquisa mais ampla neste sentido, foi realizada por uma equipe interdisciplinar chamada “Arkleton Trust Project”. Para maiores informações consultar Bryden; Bell; Gilliatt; Hawkins and Mackinnon (1992).

Canadá apresentou taxas de crescimento positivas do emprego rural, conforme mostra a Tabela 1⁵. No geral, no entanto, salientam-se as taxas negativas, em todos os países e para as três categorias indicadas. Nas regiões chamadas “essencialmente rurais” dos países membros da organização, segundo é acentuado, o emprego agrícola esta em declínio não somente em termos relativos mas também absolutos (OCDE, 1996, p. 45).

Tabela 1
Países selecionados da OCDE. Taxa de crescimento anual do emprego,
1980-1990 (% de variação anual)

	Média Nacional		Regiões Essencialmente Rurais		Regiões Relativamente Rurais		Regiões Essencialmente Urbanas	
	Agrícola	Não Agrícola	Agrícola	Não Agrícola	Agrícola	Não Agrícola	Agrícola	Não Agrícola
Canadá	0.4	1.6	0.2	1.5	0.2	2.4	1.9	1.3
Estados Unidos	-0.3	1.8	-1.3	1.5	0.8	2.0	2.8	1.9
Austrália	-1.7	1.4	-2.0	1.7	-0.9	1.8	-1.0	1.1
Japão	-3.3	1.4	-3.1	0.8	-3.4	1.3	-3.2	1.8
Nova Zelândia	-0.4	0.2	-0.6	-0.1	-0.1	-0.1	0.9	1.0
Áustria	-3.1	0.7	-3.4	0.9	-2.5	0.9	-1.6	0.4
Bélgica	-1.6	0.2	-1.3	0.6	-1.6	-0.3	-1.7	0.3
Finlândia	-3.4	0.9	-3.5	0.6	-3.3	0.6	-0.8	1.9
França	-4.0	0.8	-4.2	0.7	-3.8	1.0	-3.5	0.5
Irlanda	-1.7	0.5	-2.1	0.7	-1.3	0.4	-0.3	0.3
Holanda	0.9	2.7	-	-	-1.4	3.3	1.6	2.6
República Tcheca	-0.3	0.2	-0.7	0.2	-0.3	0.1	2.5	0.2
Espanha	-2.1	1.1	-1.1	1.3	-2.8	0.2	-1.7	1.8
Suécia	-3.1	1.3	-3.0	1.3	-3.6	1.3	-2.3	1.4
Suíça	-2.7	1.8	-3.2	2.1	-2.9	2.4	-2.0	1.5

Nota: (-) Não Aplicável

Fonte: OCDE (1996, p. 120)⁶.

5 A OCDE considera como “regiões rurais” as *communautés* onde a densidade da população é inferior a 150 habitantes por Km², exceto para o Japão onde passa para 500 habitantes por Km². Para facilitar a análise, as 2.000 regiões da OCDE foram reagrupadas em três sub-categorias de acordo com a parte da população regional que vive nas *communautés* rurais, conforme segue: **regiões Essencialmente Rurais (ER)**: áreas de fraca densidade demográfica, onde em mais de 50% da área regional a densidade demográfica é inferior a 150 habitantes por Km²; **Relativamente Rurais (RR)**: áreas de média densidade demográfica, onde entre 15% e 50% da população vive em áreas onde a densidade demográfica é inferior a 150 habitantes por Km²; **Essencialmente Urbanas (EU)**: áreas de alta densidade demográfica, onde menos de 15% da população vive em áreas onde a densidade demográfica é inferior a 150 hab/Km² (Ou seja, 85% da população vive em áreas onde a densidade demográfica é superior a 150 hab/Km²). Segundo esta definição, em torno de um terço da população dos países da OCDE (35%) vive nas comunidades rurais (“essencialmente” ou “relativamente” rurais) representando mais de 90% do território coberto pelos integrantes da OCDE.

6 No citado estudo da OCDE (1996) não são apresentados os valores absolutos, apenas as taxas de crescimento.

Outro aspecto que merece atenção é a razão inversa em que varia o emprego agrícola em relação ao percentual de participação do emprego não agrícola. Na maioria dos países selecionados da OCDE, conforme mostra a mesma Tabela, a taxa de utilização da mão-de-obra diretamente ocupada na agricultura caiu, consideravelmente, na média nacional, atingindo o máximo (em torno de 4% ao ano) no caso francês, nos anos oitenta. O emprego não agrícola, pelo contrário, registrou taxas positivas de crescimento na maioria dos países. A surpresa não está na diminuição do emprego agrícola, mas na capacidade de desenvolvimento de novas atividades empregadoras no espaço rural que, às vezes, possuem pouca ou nenhuma ligação direta com a agricultura. Entre outras conclusões, tais informações demonstram que restringir o espaço rural à agricultura *tout court* pode significar um reducionismo, que os processos sociais e econômicos vêm se encarregando de desmentir. Por outro lado, contudo, o crescimento das atividades não agrícolas no espaço rural não deve ser interpretado, de forma apressada, como uma perda da importância das atividades propriamente agrícolas. Na verdade, o que se verifica é um processo de diversificação produtiva nestes espaços, provavelmente relacionada com o crescimento da mercantilização econômica e social.

Na década passada, em alguns países selecionados, o total do emprego agrícola nas zonas “essencialmente rurais” da OCDE (conforme a conceituação), decresceu em quase todos os casos – novamente com a exceção canadense –, chegando em diversos países a ocorrer uma redução de um quarto ou mais do emprego rural nessas zonas. Importante notar, da mesma forma, que além da queda da ocupação na agricultura, nas atividades de cunho industrial o desempenho para a criação de novos empregos nas regiões “essencialmente rurais” também é negativo. O estudo da OCDE revela que o setor que mais contribuiu com o incremento de empregos nas áreas consideradas “essencialmente rurais” foi o de serviços.

Outro aspecto importante que o estudo citado evidencia, ao analisar com indicadores territoriais e demográficos o emprego e as formas de ocupação nas zonas rurais refere-se à relação inversa que há entre a distribuição espacial e o emprego da população. Ou seja, embora boa parte da população permaneça morando em áreas rurais, sua ocupação principal não está diretamente relacionada à agricultura. A Tabela 2 mostra que na maior parte dos países analisados, uma parcela muito expressiva da população ainda se concentra em áreas onde a densidade demográfica é inferior a 150 hab/km². No conjunto dos países relacionados, parcelas significativas da população residem nessas áreas consideradas “essencialmente rurais” havendo, inclusive países onde mais da metade da população total reside em zonas de baixa densidade, como é o caso da Noruega.

Tabela 2
Países selecionados da OCDE. População rural e situação de domicílios
em países membros da OCDE, 1990

População das comunidades rurais	Média Nacional	% da população por tipo de região		
		Essencialmente rural	Relativamente rural	Essencialmente urbana
Noruega	59	51	38	11
Suécia	43	49	32	19
Finlândia	55	43	37	20
Dinamarca	42	40	38	22
Áustria	42	40	39	22
Estados Unidos	44	36	34	30
Canadá	40	33	23	44
Austrália	30	23	22	55
Portugal	36	35	22	43
República Tcheca	29	15	57	28
França	37	30	41	29
Espanha	30	17	46	37
Itália	22	9	44	47
Japão	27	22	35	43
Suíça	19	13	25	62
Alemanha	21	8	26	66
Reino Unido	13	1	27	72
Bélgica	9	2	18	80
Holanda	8	-	15	85

Notas: (-) Sem aplicação. Tipologia baseada na proporção da população regional ativa das comunidades rurais conforme nota 5, neste trabalho.

Fonte: OCDE (1996, p. 20).

Entretanto, confrontando-se os dados da Tabela anterior, com os apresentados na Tabela 3, a seguir, verifica-se que a participação da agricultura no emprego regional, mesmo nas áreas “essencialmente rurais”, é relativamente reduzida e, à exceção do caso da Espanha, não atinge sequer um quarto do emprego total. Estas informações reafirmam, uma vez mais, que a proporção da população que habita as áreas rurais é significativamente superior ao que representa a agricultura na geração setorial de empregos. Os casos mais emblemáticos, talvez, sejam o dos Estados Unidos e da França, reconhecidamente grandes produtores agrícolas. Nestes países, a agricultura é responsável por apenas 3,3% e 5,7%, respectivamente, dos empregos em relação a média nacional (chegando a 5,9% no caso americano

e 10,8% no francês quando consideradas apenas as regiões essencialmente rurais). No entanto, conforme indicado na Tabela 2, a população considerada rural alcança, na média nacional, 44% e 37% respectivamente (36% e 30% nas zonas essencialmente rurais), mostrando que não há um relação direta entre o domicílio rural e a ocupação na agricultura.

Tabela 3
Países selecionados da OCDE. Participação da agricultura no emprego regional, 1990 (% do emprego total)

Países	Média Nacional	Regiões Essencialmente Rurais	Regiões Relativamente Rurais	Regiões Essencialmente Urbanas
Canadá	4.6	10.9	3.3	1.2
Estados Unidos	3.3	5.9	2.4	1.6
Austrália	4.5	14.7	4.3	0.7
Japão	7.1	14.1	8.5	2.4
Áustria	6.2	13.3	4.1	0.8
Bélgica	2.5	9.3	3.0	2.2
Dinamarca	5.7	9.5	4.8	0.4
Finlândia	8.5	16.0	5.3	0.7
França	5.7	10.8	5.5	1.0
Itália	9.9	16.0	13.5	5.7
Holanda	4.6	-	6.5	4.3
Portugal	10.6	22.9	10.0	2.8
República Tcheca	11.6	22.3	13.1	2.7
Espanha	11.1	25.0	13.8	2.6
Suécia	3.7	5.4	2.9	0.7
Suíça	4.1	9.5	6.3	2.1
Reino Unido	2.4	10.3	4.2	1.0

Notas: (-) Não aplicável.

Fonte: OCDE (1996, 118).

2. *As Atividades Não-Agrícolas e a Pluriatividade nos Países Desenvolvidos*

Os dados antes descritos sinteticamente parecem ser suficientes para se afirmar que o recurso, por parte de membros das famílias que habitam áreas rurais, nas nações citadas, ao trabalho não-agrícola não pode ser considerado como uma situação efêmera ou transitória (SCHNEIDER, 1999a). Neste sentido, as mudanças atualmente em curso, anteriormente assinaladas, parecem indicar que o desenvolvimento

social e econômico do mundo rural está passando por redefinições que apontam não apenas para a emergência de novas formas de obtenção de rendas (essencialmente não agrícolas) para os agricultores e os habitantes do espaço rural, mas talvez até mesmo uma nova via para sua inserção na divisão social do trabalho.

Entre as razões apontadas em diversos estudos, que teriam contribuído para a emergência e a expansão das atividades não agrícolas nos países desenvolvidos, destacam-se pelo menos cinco fatores principais:

- a. o disseminado e intenso processo de modernização tecnológica da agricultura permitiu que esta se tornasse uma atividade cada vez mais individualizada, dispensando gradualmente a antes necessária utilização da mão-de-obra total das famílias rurais. Na França, por exemplo, a população agrícola ativa caiu de 2,4 pessoas por propriedade rural em 1970, para 1,4 em 1993. Em relação às esposas dos agricultores franceses, em 1970 84% delas participavam diretamente nos trabalhos da propriedade, mas em 1993 essa cifra não chegava a 60% (HERVIEU, 1996, p. 10). Segundo Hervieu, este processo de individualização do trabalho agrícola está diretamente associado ao crescimento das atividades não agrícolas de algumas membros da família, como no caso das esposas dos agricultores. Em 1970, apenas 5,8% delas exercia algum tipo de atividade fora da propriedade (7,2% entre as mais jovens, com menos de 35 anos), mas em 1993 já eram mais de 50% as esposas com menos de 35 anos que trabalhavam em atividades não agrícolas (*idem*);
- b. o crescimento da produtividade agrícola e do volume global de produção da agricultura nos países desenvolvidos, particularmente na segunda metade deste século, se fez com base no financiamento agrícola e através do estímulo das políticas públicas destinadas a desenvolver os formatos tecnológicos dos sistemas produtivos. Esta ação permitiu um forte incremento na produtividade agrícola, que em países como a França chegou a ser de 3,3% ao ano, entre 1949 e 1962, e 2,5% ao ano, entre 1962 e 1972 (EIZNER, 1985, p. 20)⁷. Este expressivo crescimento por certo, induziu o incremento patrimonial das famílias rurais, na forma de maquinários e estruturas de produção diversas e, assim, por um longo período, constituiu-se na principal forma de garantia da relativa paridade de rendimentos entre a agricultura e as atividades econômicas não agrícolas. Entretanto, o crescimento patrimonial não foi acompanhado pela evolução da rentabilidade da atividade agrícola em especial nos anos mais recentes. Segundo dados apurados por Hervieu (1996) sobre o conjunto dos agricultores franceses,

7 Uma ilustração paradigmática desta evolução refere-se ao aumento dos rendimentos físicos do cultivo do milho nos Estados Unidos. Entre 1866 e 1940, a produção média deste cereal por hectare permaneceu quase inalterada, não ultrapassando 1,6 ton. mas, entre 1940 e 1985, elevou-se mais de quatro vezes, atingindo a média de 7,4 ton. por hectare.

em 1970 as rendas agrícolas representavam 76,4% do orçamento familiar, mas em 1979 haviam se reduzido para 61,6%, em uma época de pleno crescimento da produtividade. A expressão das rendas não agrícolas e das transferências sociais na composição da renda familiar caminhou em sentido inverso: em 1970 representavam 14,3% e 9,3% e em 1979 haviam ampliado sua participação para 24,3% e 14,1% respectivamente. Na década de oitenta, quando grande parte dos agricultores defrontaram-se com os limites impostos pelo crescimento intensivo da produtividade, em vista dos problemas da super produção (o que acarretou a imposição de cotas de produção para alguns produtos agrícolas como o leite, por exemplo, entre outras restrições) e dos custos sociais crescentes para assegurar os elevados subsídios agrícolas, a queda dos rendimentos financeiros dos agricultores agravou-se ainda mais. Neste quadro, de crescentes dificuldades tecnológicas e financeiras, o recurso às atividades não agrícolas passou a ser uma estratégia dos agricultores destinada principalmente à manutenção de seus níveis de renda.

- c. o desenvolvimento das atividades não agrícolas passou também a contar com o apoio e o estímulo das políticas públicas, para contrapor-se não apenas à queda das rendas no setor agrícola mas, sobretudo, como uma estratégia de “desintensificação” da atividade agrícola buscando assim amenizar os problemas de super produção. Os estímulos oferecidos aos agricultores pela Comunidade Européia, introduzidos a partir da grande reforma da “Política Agrícola Comum” (PAC), ocorrida em 1991/92, estão, sem dúvida, relacionados a esta nova situação. Em um cenário onde o desemprego, sobretudo o urbano-industrial, tornou-se um problema estrutural sem perspectivas de resolução, a otimização da ocupação no meio rural também passou a figurar proeminentemente entre os objetivos das políticas públicas. Por essa via, o meio rural passou a ser área de atuação de setores governamentais, que até então lhe dedicavam pouca ou nenhuma atenção, particularmente no caso da infra-estrutura e dos serviços sociais básicos.
- d. contudo, o trabalho em tempo parcial e a pluriatividade não são decorrentes tão somente das transformações macro-estruturais na agricultura. Na verdade, o exercício de várias atividades dentro de uma mesma propriedade agrícola é uma característica intrínseca ao “modo de funcionamento” de unidades de trabalho que organizam-se sob a égide do trabalho familiar, conforme amplamente demonstrado pelas ciências sociais dedicadas aos processos sociais agrários, a antropologia em particular. Como na agricultura das nações desenvolvidas o trabalho de origem familiar é dominante, pode-se dizer que o fato destas unidades voltarem-se para o exercício de outras atividades, combinando-as com a agricultura, responde a uma situação que corresponde, historicamente, a situações corriqueiras;

- e. finalmente, a expansão da pluriatividade e das atividades não agrícolas no meio rural dos países desenvolvidos também pode ser atribuída à dinâmica do mercado de trabalho não agrícola. Nesse sentido, existem vários estudos que indicam as relações entre processos de descentralização industrial ou de industrialização descentralizada em áreas não-urbanas com o crescimento de atividades não agrícolas nos espaços rurais⁸. Este é o caso, em particular, de algumas regiões do Mediterrâneo, especialmente em países como Portugal, Espanha e Itália. São argumentos que contribuem para entender porque em alguns dos principais países analisados no relatório da OCDE a agricultura em tempo parcial e a pluriatividade ocupam um lugar de destaque na estrutura do emprego e da ocupação em áreas rurais, conforme mostra a Tabela 4. Esta importância é ainda mais significativa nas regiões “essencialmente rurais” e “relativamente rurais”, reforçando os argumentos já apresentados anteriormente⁹.

Tabela 4
Países selecionados da OCDE. Proporções de estabelecimentos agrícolas com responsáveis em tempo parcial e pluriativos, 19901 (%)

Países	Média Nacional	Regiões Essencialmente Rurais	Regiões Relativamente Rurais	Regiões Essencialmente Urbanas
Estabelecimentos agrícolas em tempo parcial				
Canadá	56	56	56	46
Estados Unidos	33	37	30	34
Japão	84	82	85	85
Áustria	60	59	60	57
França	50	47	51	36
Alemanha	59	58	59	60
Itália	89	90	88	89
Holanda	32	-	30	33
Portugal	78	82	75	58
Espanha	80	80	78	87
Reino Unido	44	42	44	46

8 É volumosa a bibliografia que poderia ser citada sobre o tema. Consulte-se, entre tantos, os estudos de Courlet (1993; 1995) e, principalmente, Bagnasco (1996).

9 Nesse estudo, a OCDE faz uma distinção entre agricultura em tempo parcial e pluriatividade nos seguintes termos: «considera-se como trabalhadores em tempo parcial todos os proprietários que trabalham menos de uma unidade de trabalho-homem ao ano, quaisquer que sejam as atividades lucrativas que possam exercer. Os proprietários agrícolas pluriativos são pessoas que trabalham em tempo parcial na agricultura e que exercem paralelamente outras atividades lucrativas” (1996, p. 123).

Países	Média Nacional	Regiões Essencialmente Rurais	Regiões Relativamente Rurais	Regiões Essencialmente Urbanas
Estabelecimentos agrícolas pluriativos				
Canadá	42	43	38	36
Áustria	35	35	34	28
França	24	22	24	17
Alemanha	44	44	45	43
Itália	30	30	29	32
Holanda	22	-	17	24
Portugal	36	34	42	28
Espanha	35	32	33	37
Reino Unido	30	31	27	33

Notas: (-) Sem aplicação; ¹ Os dados para os países de União Européia são de 1989.

Fonte: OCDE (1996, p. 122).

3. A Evolução do Emprego Rural Não Agrícola na América Latina e no Brasil

Nessa seção pretende-se averiguar em que medida a generalização das atividades não-agrícolas no espaço rural e a disseminação da pluriatividade entre os agricultores dos países desenvolvidos também ocorre nos países latino-americanos e, de modo especial, no Brasil. Em relação ao continente como um todo, as informações são bastante escassas, limitando-se basicamente aos trabalhos produzidos por pesquisadores ligados à CEPAL (Klein, 1992; Weller, 1997 e Dirven, 1997, 1998).

Contudo, embora não se dispondo de dados diretamente comparáveis às informações obtidas com o estudo da OCDE, na América Latina a população rural também é cada vez menos sinônimo de população ocupada na agricultura, pois as formas de ocupação e emprego no espaço rural são cada vez mais diversificadas. Segundo Klein, desde 1950 a população latino americana vinha crescendo a uma taxa média de 2,6% ao ano e a população rural não crescia mais que 0,7% no mesmo período. Em 1950, 54% dos trabalhadores da América Latina estavam ocupados na agricultura mas em 1992 eram apenas 25% do total. Em trabalho mais recente, Dirven (1997, p. 19) mostra que a participação da PEA agrícola no conjunto da PEA rural, na maioria dos países latino-americanos, é inferior a 70%. Segundo a autora, nos próximos anos as projeções indicam que o emprego na agricultura tende a reduzir-se ainda mais em relação à PEA total da região (o que significa em torno de 40 milhões de pessoas), mesmo sem afetar os índices de produtividade e o volume da produção agrícola total. Ao mesmo tempo, no entanto, esse progresso

técnico tenderá a ser seletivo e beneficiar uma parcela pequena dos agricultores da região, fazendo com que muitos tenham de abandonar o meio rural e outros tantos a aceitar uma remuneração cada vez menor para seu trabalho, o que pode implicar em aumento da pobreza rural, que já atinge cerca 60% da população latino-americana que vive da agricultura (DIRVEN, 1997, p.77).

No entanto, essa redução da população ocupada em atividades agrícolas não significa que haja uma retomada do êxodo rural iniciado na década de 1960. No período recente, especialmente a partir dos anos oitenta, a queda do emprego agrícola tem sido compensada parcialmente pelo crescimento da população rural ocupada em atividades não agrícolas. Isso é o que mostra o trabalho de Klein (1992), que além de reconhecer que as migrações rural-urbanas influenciaram a queda da PEA agrícola, indica que essa redução também pode ser atribuída às mudanças recentes das novas formas de ocupação do meio rural.

Segundo o mesmo autor, existe uma tendência de crescimento da população economicamente ativa ocupada em ramos de atividades não agrícolas na América Latina, conforme mostram os dados da Tabela 5. Ele salienta que na região a PEA agrícola vem crescendo a uma taxa anual negativa de 0,8%, nos anos referidos, ao passo que a proporção de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas aumenta a uma taxa positiva de 3,4%, no mesmo período, que é, inclusive superior ao crescimento da média total da PEA latino-americana, que foi de 2,6%. No conjunto da região, a PEA rural não agrícola passou de 23,9% para 29,1%, registrando um crescimento de 5% nos anos recentes. Vale a pena notar que mesmo nos países de grande extensão territorial, como o Brasil, o México e, em menor escala, a Colômbia, registra-se um crescimento bem mais favorável da PEA não agrícola em relação à PEA ocupada na agricultura, o que demonstra que as atividades rurais não agrícolas não se constituem em fenômeno singular de um país específico.

Tabela 5
Países selecionados da América Latina: taxas anuais (%) de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), segundo local de domicílio e ramo de atividade.

Países	Pea total	Pea urbana	Pea rural		Período da variação anual ¹
			Agrícola	Não agrícola	
América Latina	2,6	4,1	-0,8	3,4	-
Bolívia	2,6	3,9	1,8	1,0	1976-88
Brasil	3,9	6,2	-1,0	5,2	1970-80
Chile	2,6	3,4	-0,2	0,0	1970-82
Colômbia	1,7	3,7	-3,0	4,9	1964-73
México	2,5	3,1	0,8	4,1	1970-80
Paraguai	3,6	5,1	1,8	4,5	1972-82
Peru	3,5	4,3	2,1	2,1	1972-81
Uruguai	1,4	2,0	-0,8	-2,4	1975-85
Venezuela	4,2	5,2	-1,1	2,3	1971-81

Fonte: Klein (1992, p. 06), com base em censos nacionais de população de cada país.

¹ Refere-se ao ano base dos dados apresentados.

Para Klein, existem três hipóteses para explicar a evolução das atividades rurais não agrícolas na América Latina. A primeira, sustenta o autor, está relacionada à distribuição geográfica e demográfica da população em um território, que pode variar de um país para outro. A segunda hipótese é de que o processo de modernização tecnológica da agricultura acabou forjando o crescimento dos serviços auxiliares às atividades agrícolas, o que tem criado um novo mercado de trabalho no espaço rural diferente do agrícola, embora a ele vinculado. Por último, Klein acredita que, em consequência deste processo de ampliação do mercado de trabalho agrícola e não agrícola, surgem novas atividades no meio rural, em geral ligadas à prestação de serviços, como as comunicações e o serviço público em geral.

Entre as características da evolução das atividades não agrícolas no espaço rural, o autor destaca o crescimento das atividades comerciais e dos serviços. Segundo Klein, isso indica que a estrutura do emprego rural não agrícola está se tornando bastante similar ao mercado de trabalho urbano. Essa homogeneidade do emprego rural e urbano não agrícola por ramos de atividade sugere uma integração entre o próprio mercado de trabalho.

Além da homogeneização do mercado de trabalho, Klein também destaca que há pelo menos outras duas consequências importantes que são decorrentes das transformações estruturais do emprego e das formas de ocupação no espaço rural (1992, p.10-11). A primeira refere-se ao crescimento das unidades produtivas ocupadas em tempo parcial na agricultura, muitas vezes executando mais de uma atividade produtiva em setores diferentes. Esse fenômeno relaciona-se tanto à capacidade de absorção do progresso técnico nas propriedades como ao aumento da ociosidade de parte da força de trabalho dos membros da família, fazendo com que os trabalhos temporários ou acessórios exteriores à propriedade constituam-se em novas fontes de rendimento. A segunda consequência está relacionada às transformações estruturais da economia capitalista contemporânea, especificamente no que tange aos processos de descentralização da produção urbano-industrial para áreas rurais ou peri-urbanas. Esses processos obedecem à necessidade crescente de flexibilização das relações de trabalho e redução dos custos de mão-de-obra, que em geral são bem mais atraentes nas áreas rurais. A emergência do trabalho a domicílio e o deslocamento de empresas para áreas rurais da América Latina inserem-se nesse contexto.

Ainda de acordo com Klein, o desenvolvimento das atividades rurais não agrícolas na América Latina decorre do próprio crescimento da agricultura. Por essa razão, sugere que as ações de desenvolvimento integrado atuem de forma a compatibilizar as políticas agrícolas com outras formas de geração de emprego no meio rural, especialmente através da descentralização industrial. Para ele, a emergência das atividades rurais não agrícolas na América Latina pode ter um papel importante no alívio à pobreza rural e ao estímulo de novas atividades econômicas no espaço rural¹⁰. Como razões que justificariam políticas de apoio a

10 Em 1990, 61% da população rural da América Latina encontrava-se em condição de pobreza. (Klein, 1992, p.12)

esse tipo de desenvolvimento, o autor destaca a importância das rendas rurais não agrícolas para a dinamização da economia local e para a diversificação das fontes de rendas dos agricultores, oferecendo-se alternativas de inserção profissional para os mais jovens que não desejam dedicar-se a essa atividade (KLEIN, 1992, *passim*).

Nessa mesma direção, WELLER (1997) também identificou a agricultura como o setor responsável pela expansão dos empregos rurais não agrícolas na região do istmo centro-americano (Costa Rica, Honduras, Panamá e Guatemala). Segundo esse autor, as características da agropecuária constituem fatores determinantes dos empregos não agrícolas, podendo-se identificar três dinâmicas que dela derivam diretamente e outras duas não se vinculam a ela. A primeira, que em geral está diretamente ligada ao processo produtivo agrícola, como as atividades complementares ou acessórias; a segunda deriva dos empregos não agrícolas gerados pelas demandas de consumo da própria população rural (como bens e serviços, transportes e comércio) e a última estaria relacionada à disponibilidade de excedentes de mão-de-obra, em face do nível de emprego agrícola existente (mão-de-obra essa que migra para as zonas urbanas e permanece ocupada em atividades que o autor chama de “refúgio”). Além desses fatores, Weller também aponta o artesanato rural típico e o turismo rural como exemplos de atividades que também podem contribuir para a geração de empregos não agrícolas no meio rural e, finalmente, atividades que derivam da expansão dos serviços públicos em infraestrutura, decorrentes de investimentos do Estado, que se constituiriam, portanto, na quinta dinâmica identificada pelo autor na América Central (WELLER, 1997).

3.1 Atividades agrícolas e não agrícolas no Brasil: alguns resultados do Projeto Rurbano

No Brasil, a emergência das atividades não agrícolas no meio rural vem despertando o interesse de diversos estudiosos, sendo tal fenômeno, inclusive, apontado por alguns como a provável face do “novo rural brasileiro”. Segundo Graziano da Silva (1999), a novidade consiste na idéia de que o meio rural não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e pecuária. O aparecimento de “novas” atividades nesse espaço estaria introduzindo um conjunto de “novas funções”, especialmente aquelas ligadas às ocupações não agrícolas da população rural. O ator social privilegiado desse “novo rural” seriam as famílias pluriativas, que se caracterizam por combinar vários tipos de atividades em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que os seus membros possuam vários tipos de inserção profissional¹¹.

11 As informações aqui apresentadas são resultantes de tabulações especiais produzidas pelo “Projeto Rurbano” com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (doravante denominada simplesmente PNAD), realizada pelo IBGE. O Projeto Rurbano é o esforço de um grupo de pesquisadores que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas, coordenado pelo Professor José Graziano da Silva. Maiores informações [<http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano.html>].

Entre os fatores que contribuíram para a emergência dessa situação, os pesquisadores ligados ao Projeto Rurbano, têm apontado três causas principais. Primeiramente, a emergência das atividades não agrícolas e da pluriatividade, segundo Graziano da Silva et alii, (1996), é decorrente do próprio processo de “urbanização do campo”, resultante de um “transbordamento” das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno, como é o caso da região de Campinas, no Estado de São Paulo. Nessas áreas, o processo de urbanização do campo se dá através da expansão de novas atividades que pouco ou nada têm a ver com a produção agropecuária *stricto sensu*. Trata-se de “novos tipos de ocupações”, entre essas o lazer (os pesque-pague e chácaras de recreio seriam o seu melhor exemplo), as moradias secundárias da classe média urbana; o crescimento das áreas de preservação destinadas ao ecoturismo (parques e estações ecológicas, sobretudo) e novas formas de emprego como os jardineiros, pedreiros, motoristas, especialmente atividades ligadas à prestação de serviços (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

A segunda razão explicativa decorre da crise do próprio setor agrícola, particularmente a partir da abertura comercial dos anos noventa. Para Graziano da Silva (1999), essa crise está associada às transformações estruturais da agricultura brasileira, provocadas pela “modernização conservadora” e um conjunto de condicionantes macroeconômicos típicos da presente década (entre outros, mudanças no financiamento da produção, política de abertura comercial e acirramento da concorrência com os produtos estrangeiros e sobrevalorização cambial como estímulo às importações). Entre os efeitos provocados por esses elementos pode-se destacar a queda da rentabilidade dos principais produtos da agropecuária brasileira que, segundo Lopes (1996), reduziram-se, em média, 40% na comparação do período 1981-85 com o quinquênio 1991-95. Essa diminuição da renda se reflete também na redução dos valores dos principais ativos agrícolas, especialmente os preços pagos pela terra. A queda dos preços não apenas afastou os interessados em obter lucro com o “negócio agrícola” como diminuiu, rapidamente, as rendas gerais na agricultura brasileira.

Em trabalho recente, Graziano e Del Grossi (1999) mostraram que, na atual década, especialmente no período pós-Plano Real, houve uma acentuada queda das rendas agrícolas, especialmente entre as categorias dos ocupados rurais por conta própria, ou seja os agricultores familiares. O Gráfico 1, a seguir, indica esta redução das rendas agrícolas *vis-à-vis* aquelas obtidas pelas pessoas ocupadas, com domicílio rural, em atividades não agrícolas.

Finalmente, a terceira causa que explicaria o surgimento das atividades rurais não agrícolas estaria relacionada aos limites de crescimento do próprio emprego agrícola devido à alta taxa de ociosidade tecnológica e ao subemprego, vigentes na estrutura agrária brasileira. Uma simulação a partir da base de dados da Fundação SEADE (de São Paulo), demonstrou que caso houvesse uma disseminação dos sistemas de produção mais modernos de cada produto, como é atualmente praticado em determinadas regiões do Estado de São Paulo, estendendo-se para todas as áreas

